

## **RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA E A DÍVIDA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 29.05.1984

Apoiada em um aumento das exportações de manufaturados muito maior do que se esperava (40,69% em relação ao primeiro trimestre de 1983), a recuperação da economia brasileira vem demonstrando também um fôlego maior do que inicialmente previ (Folha, 20/03/84). Em contrapartida, a reunião dos países latino-americanos para examinar de forma conjunta o problema da dívida externa e das recentes elevações das taxas de juros internacionais coloca em questão os acordos com o Fundo Monetário Internacional.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que há uma contradição intrínseca entre os dois processos. De um lado, sob o comando do FMI, e como consequência da má desvalorização de fevereiro de 1983, vemos as exportações de manufaturados que hoje já representa mais de 20% da produção da indústria de transformação liderarem um tímido mas de qualquer forma objetivo, processo de retomada do crescimento, comprovado pelo crescimento da indústria de transformação, no primeiro trimestre de 1984, em relação a igual período de 1983, de 3,96%, segundo dados do IBGE. De outro, apesar da recuperação, fala-se cada vez mais na necessidade de capitalização parcial de juros e de fixação de uma taxa de juros compatível com as possibilidades de pagamento do Brasil.

Na verdade, entretanto, não há contradição entre os dois movimentos. A recuperação, embora venha tendo um fôlego maior do que o previsto, exatamente porque as exportações superaram as expectativas, continua a ter um fôlego curto, porque não é razoável supor (1) taxas de crescimento das exportações muito altas, (2) taxas de crescimento das importações compatíveis com a retomada do crescimento e ao mesmo tempo muito baixas, e (3) taxas de juros internacionais declinantes ao invés de ascendentes. Ora, só a conjugação desses três eventos permitirá que o Brasil alcance o

equilíbrio em sua balança de conta-corrente em 1987, com pretende o FMI. Nesse momento o Brasil estaria transferindo para o exterior cada ano cerca de 15 bilhões de dólares, aproximando-se seu superávit comercial de 20 bilhões de dólares anuais.

Se essas projeções “otimistas” das exportações, das importações necessárias e da taxa de juros internacionais não são razoáveis, é evidente que, para alcançar o equilíbrio em conta-corrente em 1987, a única alternativa será manter a recessão interna que continue a comprimir as importações o que obviamente é inaceitável.

Por outro lado, está cada vez mais claro que o ajustamento externo de que a economia brasileira necessitava já foi feito. Em 1980, com um déficit comercial de quase 3 bilhões de dólares a economia brasileira estava completamente desajustada, em 1981 e 1982, com superávits inferiores a 1 bilhão de dólares a economia continuava gastando mais do que produzia, já que os serviços-reais (frete, seguros e turismo) são superiores a 3 bilhões de dólares. Mas em 1983 e 1984 alcançamos definitivamente um superávit comercial real. Além disso, aumentou a produtividade da indústria e esta orientou-se decididamente para a exportação, como era necessário para o ajustamento.

A economia está, portanto, ajustada em termos externos. O déficit em conta-corrente é exclusivamente causado por juros excessivos de dívidas passadas. Não faz, portanto, sentido pensar-se em mais ajustamento, em mais recessão, em tomar novas medidas monetárias e fiscais para manter a economia em recessão, e assim cumprir o objetivo do Fundo de alcançar o equilíbrio em conta-corrente em 1987.

Em síntese, a economia brasileira já se encontra ajustada e pronta para crescer. A recuperação em curso é um sinal desse fato, mas dificilmente poderá prosseguir se se pretender atingir os objetivos do Fundo. Por isso não resta outra alternativa senão rever esse objetivo e a própria forma de o Brasil relacionar-se com a comunidade financeira internacional.(29/05)